

ENTREVISTA

Paulo Skaf

P

aulo Skaf assumiu a presidência da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a Fiesp, em janeiro de 2005. Empresário do setor têxtil, Skaf acumula outros cargos em importantes entidades e conselhos, como no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), ligado à presidência da República. Nesta entrevista à GV-executivo, ele fala sobre os principais desafios da indústria brasileira, denuncia a insistente política de juros altos praticada no Brasil e aponta a importância da indústria brasileira no desenvolvimento do país.

por Françoise Terzian Jornalista

Quais são suas principais preocupações atuais à frente da Fiesp e o que a Federação representa para o país hoje?

Contribuir para o fortalecimento e competitividade crescente da indústria, com foco no desenvolvimento do Brasil. A Fiesp é, na verdade, uma federação de sindicatos. Representamos mais de 100 sindicatos, que, por sua vez, representam cerca de 150 mil indús-

trias. E, como em São Paulo estão as sedes das maiores indústrias do país, de fato somamos um percentual expressivo do PIB brasileiro. São muitas as frentes de trabalho, permanentes, da Fiesp. Atuamos não apenas pelas

indústrias de São Paulo, mas, com certeza, defendemos os interesses da sociedade brasileira. Temos, hoje, cerca de 3 mil diretores voluntários trabalhando em inúmeras áreas que vão desde a econômica propriamente dita, passando por tecnologia, meio ambiente, relações internacionais, assuntos jurídicos, competitividade, infra-estrutura, logística, até chegar à responsabilidade social. Desenvolvemos vários estudos técnicos apontando os problemas brasileiros e as mais adequadas soluções, e, ainda, como colocá-las em prática. Não basta criticar, é preciso contribuir efetivamente para que aconteçam as mudanças.

O que vem sendo feito pela instituição para abarcar essas preocupações?

Além de promovermos uma revolução na governança da entidade, descentralizando os servicos, tornando-os mais acessíveis às indústrias de todo o estado. por meio de diretorias regionais, também ampliamos muito a participação na Fiesp na mobilização em prol das grandes causas dos setores produtivos. Alguns exemplos: a criação da Frente Paulista em prol da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, criada na Fiesp, que teve papel importante no processo de aprovação da matéria no Congresso Nacional; a significativa redução de impostos para a cadeia produtiva da indústria da farinha no estado de São Paulo; a queda de juros em algumas linhas de crédito do BNDES; a produção e encaminhamento, aos Entendemos que a redução dos juros seja fator absolutamente condicionante à retomada de um crescimento mais substantivo. Assim, esperamos que, em seu segundo mandato, o presidente Lula e sua equipe econômica solucionem essa guestão.

setores competentes, de numerosos estudos nos campos econômico, tributário e de políticas públicas voltados à solução dos principais problemas que afetam os setores produtivos. A essa legítima atuação proativa denominamos autoridade produtiva.

A FGV divulgou pesquisa em que diz que a indústria anda muito desanimada. Há motivos reais para desânimo?

Claro que há. Quando a economia do país apresenta um cenário de altos juros, pesada carga tributária, câmbio desfavorável, falta de investimentos, o que se espera do empresariado? Ânimo? Somos, na verdade, até que muito corajosos e otimistas, apesar de nossos reais problemas. Seguimos acreditando no Brasil, trabalhando e produzindo, mesmo em situações de extrema adversidade.

O senhor tem expectativas de que a recorrente questão da taxa de juros praticada no Brasil seja, se não resolvida, ao menos mais fortemente abordada no próximo governo do PT? Entendemos que a redução dos juros seja fator absolutamente condicionante à retomada de um crescimento mais substantivo. Assim, esperamos que, em seu segundo mandato, o presidente Lula e sua equipe econômica solucionem essa questão. O Brasil não pode mais continuar ostentando a maior taxa de juros do mundo.

Qual a opinião do senhor sobre a atuação do Banco Central em relação ao crescimento e desenvolvimento da indústria brasileira? Haveria uma excessiva preocupação com o controle da inflação e do câmbio e menos com o referido crescimento?

A indústria brasileira é apenada não só pelos juros e câmbio, como pelos altos impostos, ausência de linhas de crédito adequadas à competitividade global, gargalos da infra-estrutura, burocracia exagerada e todos os demais fatores, sobejamente conhecidos, que têm impacto no custo da produção. Quanto à política do Banco Central à qual você se refere, na verdade é um modelo que nasceu com o Plano



Real, necessário para controlar a inflação em um primeiro momento, mas que já se esgotou. Hoje, precisamos de uma política econômica mais ousada, mais criativa e focada fortemente na expansão substantiva do PIB.

O senhor poderia fazer uma análise dos setores que estão hoje mais desenvolvidos e dos que estão menos desenvolvidos na indústria brasileira? Por que essas diferenças?

Na verdade, há dois "Brasis". Um que vai bem e outro que vai mal. Há setores como o petrolífero, o da extração mineral, o do suco de laranja e do álcool, por exemplo, que estão numa fase boa. Mas, por outro lado, o setor têxtil, o calçadista e o eletroeletrônico têm problemas. Precisamos equilibrar isso.

Como o senhor avalia o movimento crescente das MPEs, apesar das muitas dificuldades por elas sofridas?

As micro e pequenas empresas são uma força produtiva extremamente representativa no Brasil, significam milhões de empregos. Quando assumi a Fiesp, há dois anos, criei o Departamento da Micro, Pequena e Média Indústria (DMPI). Nesse mesmo período, realizamos muitas coisas em prol desse setor: desoneração de impostos, menos burocracia, e, até mesmo, fomos grandes incentivadores da aprovação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, recém-aprovada na Câmara e no Senado.

Pensando agora exclusivamente no mercado externo, como o senhor avalia o crescimento da China nesse mercado? Quais os impactos sobre o Brasil de uma economia de mercado em franca expansão como a chinesa?

Claro que, independentemente da China, o Brasil precisa de uma efetiva e competente política comercial, de modo a ampliar sua participação no comércio mundial, ainda abaixo de 2%. A despeito da performance das exportações, há potencial para expansão crescente. O primeiro passo é o ajuste do câmbio. Por outro lado, ao contrário do que você coloca em sua pergunta, não creio que possamos considerar a China uma economia de mercado. Sua produção é ainda fortemente subsidiada pelo Estado, e o país continua adotando práticas econômicas pouco recomendadas, sem falar na questão dos baixíssimos salários. Por exemplo, a China não respeita as regras internacionais de comércio, pratica ações desleais e permite pirataria. Por outro lado, ela não tem legislação ambiental e trabalhista compatível com o mundo moderno. Não é um país justo no âmbito da responsabilidade social. Dessa maneira, é muito fácil competir com aqueles países que se preocupam com todos esses aspectos, que, claro, exigem custosos investimentos. A concorrência chinesa, não só para o

Brasil, mas para todo o mundo, ainda é desigual. Esperamos que esse país avance em direção a uma economia de mercado.

Qual avaliação o senhor faz das lideranças empresariais brasileiras?

O Brasil tem lideranças empresariais de altíssimo nível. Aliás, pondero que o verdadeiro e grande milagre brasileiro materializa-se na capacidade de superação dos empresários, suas lideranças e entidades de classe, que conseguiram manter viva a economia em meio a complexas turbulências, crises crônicas e políticas econômicas equivocadas.

O senhor consegue identificar um "estilo de liderança" predominante no Brasil?

Creio ser predominante, até pelas circunstâncias de constante enfrentamento de obstáculos, um espírito de combatividade. Também aprecio os líderes que, além de exercerem a crítica construtiva, buscam sugerir, participar e se manter engajados na luta pelo desenvolvimento. Não acho pertinente o líder empresarial adotar postura circunscrita ao universo de seu setor de atividades.

O senhor acredita que a cultura de negócios brasileira é convergente com o nível de desempenho necessário da parte de nossos líderes? Acredito que sim. O parque empresarial brasileiro evoluiu muito nos últimos anos em termos de cultura de negócios, governança, gestão dos empreendimentos, responsabilidade social, aporte tecnológico, valorização do talento humano e relação mais ética com os funcionários e a sociedade. E as lideranças, de um modo geral, têm sido boas referências nesse processo.

Olhando para o futuro, quais suas principais expectativas para o setor industrial brasileiro? Quais as principais questões que deveriam estar na agenda de empresários, políticos e administradores em geral nos próximos anos?

Creio que todos devam concentrar-se em um projeto articulado para o desenvolvimento brasileiro, que precisa incluir medidas de urgência, como a queda dos juros e o ajuste do câmbio, as reformas tributária para a redução de impostos e previdenciária, além de outras questões estruturais, como os entraves burocráticos e a implementação das PPPs (Parcerias Público-Privadas) para solucionar os gargalos da infra-estrutura. Esse verdadeiro projeto de país começa, porém, pela execução de um processo capaz de conciliar os índices inflacionários baixos com taxas mais substantivas de crescimento. A Fiesp realizou um estudo aprofundado, já em mãos do presidente da República, que mostra ser prioritária a redução drástica dos gastos públicos, propiciando maior

O Brasil tem lideranças empresariais de altíssimo nível. Aliás, pondero que o verdadeiro e grande milagre brasileiro materializa-se na capacidade de superação dos empresários, suas lideranças e entidades de classe, que conseguiram manter viva a economia em meio a complexas turbulências.

volume de investimentos e melhor controle da inflação. Vou dar alguns números: entre 1995 e 2004, a dívida pública brasileira saltou de 30,5% do PIB para 51,8%. O crescimento da receita foi de 63,5% (média de 5,6%/ano) e a expansão média anual do PIB, de 2,2%. Ou seja, menos da metade do aumento da arrecadação. O mais grave é que o avanço acumulado dos gastos foi de 61,5% (média anual de 5,5%). Pois bem, mantido o nível médio anual de crescimento das despesas da União verificado no período, em 2015 o superávit primário (que exclui o pagamento de juros da dívida) declinaria dos atuais R\$ 52,3 bilhões para R\$ 40,7 bilhões. A carga tributária permaneceria elevada e as despesas passariam de 17,3% do PIB para 19,3%.

O que fazer para reverter esse quadro? O senhor se vê otimista em relação às possibilidades de melhoria dessa situação?

No referido trabalho, são propostas três providências: redução dos gastos em 2% ao ano, durante seis exercícios consecutivos (2006 a 2011), seguida da manutenção da despesa real por quatro anos

(2012 a 2015): limite de crescimento da receita fiscal de 50% da taxa de expansão do PIB, com teto de 2,75% ao ano; e, a partir da conquista de superávit operacional, 90% do resultado auferido seriam destinados a investimentos no ano posterior e 10%, à amortização da dívida, no exercício em curso. O governo teria, então, superávit operacional. O principal resultado seria a forte elevação da taxa de crescimento do PIB. Aumentariam, também, os investimentos estatais e privados. Sobre ser otimista, tenho a dizer que a indústria brasileira é a mais desenvolvida e forte da América Latina, Encontra-se em um estágio tecnológico bastante razoável e pronta para responder, com produção e qualidade, a uma eventual retomada do consumo, caso tenhamos política econômica mais voltada ao crescimento. Se depender da indústria, não haverá inflação de demanda neste país. Acredito que há solução para que o Brasil conquiste o desenvolvimento e mais justiça social.

Françoise Terzian Jornalista E-mail: fterzian@gmail.com